

**Necropolítica Lesbocida: uma análise sobre o
necrobiopoder, soberania e violências contra lésbicas no
contexto *bolsonarista***

*Lesbocide necropolitics: an analysis about necrobiopower,
sovereignty and violences against lesbians in the bolsonarist context*

Martina Davidson
PPGBIOS-UFF

*Obrigada, Veronica Queiroz,
por todo o carinho e paciência
ao me ajudar a realizar este trabalho.*

RESUMO: Os lesbocídios são tentativas de extermínio da população lésbica e partem daqueles que não reconhecem e aceitam a igualdade moral, de direitos e deveres constitucionais por parte dessas mulheres. Neste sentido, partindo do conceito de necropolítica de Mbembe, de Império de Hardt e Negri e de necrobiopoder de Berenice Bento, desenvolve-se os lesbocídios como parte de um exercício de soberania no cerne do cenário que carrega Jair Bolsonaro como símbolo - que dita quem pode morrer e quem pode viver. Analisando a lesbianidade e suas múltiplas interseccionalidades demonstra-se que os lesbocídios são resultado de uma complexa estrutura de opressões mantida pela ausência de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Lesbocídios; Necropolítica; Império; Necrobiopoder; Bolsonaro.

ABSTRACT: Lesbocides are attempts to exterminate the lesbian population and come from those who do not recognize and accept the moral equality and constitutional rights and duties of these women. In this sense, starting from Mbembe's concept of necropolitics, Hardt and Negri's Empire and Berenice Bento's necrobiopower, lesbocides are developed as part of an exercise of sovereignty at the heart of the scenario that carries Jair Bolsonaro as a symbol - who dictates who gets to die and who gets to live. Analyzing lesbianity and its multiple intersectionalities shows that lesbocides are the result of a complex structure of oppression maintained by the absence of public policies.

KEY-WORDS: Lesbocides; Necropolitics; Empire; Necrobiopower; Bolsonaro.

INTRODUÇÃO¹

Falar sobre lesbianidade e violência contra lésbicas não é coisa fácil. Trata-se de um tema que eu, enquanto lésbica, sinto ser denso e pesado, já que me impacta tanto politicamente quanto de forma pessoal. Porém, nas suas múltiplas dimensões, reconheço que escrever este texto é extremamente necessário. Este é um tema que não é unicamente um ensaio metafórico abstrato, mas sim um território intelectual que vai para além da realidade brasileira: trata-se de um conteúdo urgente, que atua e acomete corpos dissidentes por todo o estado-nação brasileiro e para além dele. Por onde começar? Como tratar academicamente de um problema tão real como o assassinato e suicídio de mulheres lésbicas no *contexto bolsonarista*? Como tratar de um tema no qual o próprio objeto de estudo - as lésbicas suicidadas² ou assassinadas no Brasil - é invisível para a sociedade para quem falo?

Como disse Melanie Joy (2010), o processo de desinvisibilizar aquilo que é tido como norma ou padrão, é o primeiro passo para entendê-lo enquanto ideologia ou parte de uma. Enquanto o invisível não se tornar visível, a norma permanece invisível enquanto sistema intencional – e assim fica mais fácil que não existam formas de resistir a ele ou de reivindicar direitos básicos para remediar as consequências que isso possa trazer. Por isso, com esses fins, começarei introduzindo, como diria Virginia Cano (2005), o linguajar lésbico, o “*beabá* sapatão político”. Linguajar usado na tentativa de traduzir realidades complexas em uma linguagem compreensível para a academia e para as pessoas que possam estar lendo este texto.

1 O formato que se assemelha à uma conversa se deve ao texto ter sido apresentado, originalmente, em seminários e congressos.

2 Termo utilizado no “Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil - e 2014 até 2017” para se referenciar às mulheres lésbicas que, em situação de desamparo, isolamento, desinformação e sujeição à constantes tentativas de heterossexualização, sentem-se incapazes de construir uma autoestima positiva e estável. Nesses casos, é comum que a desistência da busca por enquadramento social culmine no suicídio. Por se tratar, no entanto, do resultado de uma sociedade lesbofóbica e que criou as situações anteriormente citadas, os suicídios de lésbicas são tratados como casos de “lésbicas suicidadas”.

O que é uma lésbica? O que é esse ser mitológico de quem se tem tanto medo e ódio? As respostas são múltiplas, obviamente. Elas variam de acordo com as mais variadas autoras teóricas lésbicas que existem ao redor do globo. Porém, para não me alongar demasiadamente, proponho que tenhamos as lésbicas como pessoas que rompem com o “contrato heterossexual”³ - conceito proposto por Wittig (1980) - e que, por não estarem sujeitas à dominação masculina, não são lidas como sendo verdadeiramente mulheres. São mulheres sem *mulheridade*; mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres, sejam elas cis ou trans. Mulheres que são erros do patriarcado capitalista, já que, apresentam-se de antemão, como resistência ao sistema de reprodução de mão-de-obra (Falquet, 2017).

A partir de uma leitura de Wittig (1980), as categorias heterossexuais de sexo e/ou gênero, submetem as lésbicas à uma dupla acusação: as lésbicas não são mulheres o suficiente, mas, ao mesmo tempo, não são homens (já que não possuem falo e, portanto, poder). Com uma orientação sexual original e sem dependência de homens, as lésbicas representam uma grave ameaça à afirmação do determinismo biológico⁴ e da autoridade masculina. Por isso, a fim de manter o controle dominante sobre as mulheres, a cis-heteronormatividade exclui as lésbicas dessa classe que é caracterizada, pelo patriarcado como detentora de traços de passividade, docilidade e “virtude” (Wittig, , 1980). Marginalizadas, ambos pelos homens e pelas mulheres heterossexuais, as lésbicas são exiladas a um espaço além do sexo e do gênero, um espaço estranho. Portanto, “uma lésbica tem que ser qualquer outra coisa: uma não-mulher, um não-homem” (Wittig, 2010). Essa dupla alienação força as lésbicas a um vácuo de identidade , uma vez que nos recusamos a aturar a opressão e o fato de “sermos definidas”. Assim, não nos resta escolha a não ser derrubar completamente a hegemonia heterossexual e criar nossas próprias identidades.

É importante, no entanto, entender que a própria lesbianidade

³Para Wittig, a suposta predisposição na diferenciação de “homens” e “mulheres”, funciona como uma máscara para esconder e racionalizar a aprovação implícita do relacionamento social obrigatório dos homens **sobre** as mulheres, ao que ela chama de “contrato heterossexual” (The Straight Mind, 1980).

⁴Tal determinismo biológico ao qual se refere Wittig, diz respeito àquele que considera que as mulheres são determinadas biologicamente não apenas a se reproduzirem e serem mães, mas também a se relacionarem com homens cis-heterossexuais (Wittig, 1980).

tem seus limites quando se materializa em coletivas, grupos e comunidades. Lutar contra a definição heteronormativa dos nossos corpos, não nos isenta de criar hierarquias e definições entre nós. A dicotomia **lésbicas não feminilizadas (*butchs*) X lésbicas feminilizadas (*femmes*)** é uma realidade dentro dos espaços políticos criados pela lesbianidade. O problema não é a performatividade diferencial de gênero: o problema aparece ao se delimitar o que é a lésbica perfeita - sendo ela a *butch* (Bev Jo, 1990) e ao se hierarquizar as opressões entre esses dois grupos de performance lésbica (Bev Jo, 1990). Essas exigências, que se aproximam de o *dever ser lésbico*, criam diferenças, inimizades e competições dentro da categoria lésbica, dividindo e desviando o foco da luta de resistência ao sistema patriarcal e cis-heteronormativo. Não há problemas em salientar diferenças entre diferentes performances e existências lésbicas. Há problemas em deslegitimar alguns tipos de lesbianidade em detrimento de outros e fazer isso usando-se da mesma lógica heteronormativas que tanto nos violenta.

Dito isso, tratemos sobre as opressões que recaem sobre esse constante não-lugar lésbico. A lesbofobia, segundo Soihet (2005), é “uma expressão dos discursos de ódio no campo da orientação sexual que tem por objetivo deslegitimar a existência lésbica e manter a lésbica como ser invisível e risível”. Para fins políticos, no entanto, é importante traçar a diferenciação entre a lesbofobia atrelada à cis-heteronormatividade e ao que chamamos de lesbofobia internalizada. O primeiro tipo de lesbofobia é aquela de produção social e que prejudica a condição e existência lésbicas através da intervenção de terceiros ou do entorno cis-heteronormativo. Já no segundo caso, trata-se de uma manifestação - ao perceber um entorno hostil e discriminatório, destituídas de modelos e referências identificatória, etc - em que a lésbica produz uma autoimagem negativa que dá início a um auto ódio traduzido em lesbofobia internalizada (Peres, 2011).

A partir do momento que uma criança ou adolescente percebe que tem desejos e vontades que diferem de seus colegas de sexo e de gênero, tende a retrair-se e a distanciar-se dos mesmos e do mundo: primeiro porque se encontra completamente destituído de modelo e referência identificatória, e, segundo, ao conseguir significar seu desejo e sua prática sexual como LGBTI+, sentindo o entorno hostil e

⁵ que coloca corpos não feminilizados como corpos superiores aos corpos feminilizados.

discriminatório, produzindo uma autoimagem negativa que dá início à formação de uma homofobia internalizada, podendo muitas das vezes chegar às vias do suicídio.

Sendo assim, a lesbofobia pode ter diversas conseqüências para a existência e condição lésbicas⁶: isolamento, desamparo, desinformação e sujeição à tentativas *heterossexualizadoras*⁷ (Peres *et al.*, 2018); impossibilidade de florescimento individual, social e intelectual (Soares & Peres *et al.*, 2018); autoestima comprometida e instável (Dias & Soares, 2019); ausência de políticas públicas que foquem na saúde e segurança da população lésbica (Nogueira, 2013); lesbocídio, resultante da negligência e do preconceito lesbofóbico por parte da sociedade para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos (Mies, 2014), entre outras. Porém, em virtude sintética, tratemos sobre os lesbocídios. O que é, afinal, um lesbocídio?

Segundo Peres *et al.* (2018, p. 20), “o lesbocídio é a morte de lésbicas por motivo de lesbofobia, ódio, repulsa e/ou discriminação contra a existência lésbica”. É importante ressaltar que muitas autoras destacam o caráter supra-individual do fenômeno lesbocida ao apontar que, socialmente, por trás de cada lesbocídio, existe uma tentativa de extermínio da lesbianidade, localizando, então, os lesbocídios como crimes contra a humanidade. Sendo assim, há uma referência à um sistema sociopolítico que supera a ação individual - por mais que o indivíduo seja parte imprescindível do sistema - e que tem, como um dos objetivos, a exterminação das pessoas que performam a lesbianidade. Ou seja, identificam as vidas e existências lésbicas como ameaças e, portanto, como algo que se deve exterminar. Assim, utilizar os conceitos de *Necropolítica*, proposto por Mbembe (2018), *Império*, proposto por Negri e Hardt (2001) e *Necrobiopoder*, proposto por Berenice Bento (2019), torna-se interessante para aprofundar-se nessa tentativa soberana que coloca as lésbicas como vidas matáveis.

6 A condição lésbica pode ser entendida como um conjunto de implicações sociais que giram em torno da figura lésbica, ou seja, conceitos positivos e também preconceitos que compõe uma noção do que é ser lésbica em determinada sociedade.” (Peres et al, 2018)

7 A exemplo da “cura gay”, dos estupros corretivos, entre outros.

Necropolítica, soberania e necrobiopoder no contexto das violências lesbofóbicas

Tendo identificado um projeto de extermínio da população lésbica e sua representação desafiadora ao capitalismo e patriarcado, além, óbvio, da cis-heteronormatividade, é importante nomear tal projeto. Para alcançar tal objetivo, sugiro, neste artigo, trabalhar com o conceito de *necropolítica* e todas as concepções que acompanham ou mantêm esse tipo de “fazer político”.

Por que *necropolítica*? Bom, *necropolítica*, como boa parte dos leitores já devem saber, é um conceito pensado e desenvolvido por Achille Mbembe, filósofo e autor negro camaronês. Em seu livro “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte” (2018), o autor desenvolve tal conceito aplicando-o à vários exemplos e contextos ao redor do mundo, focando sua obra nas violências e opressões - e particularmente nas políticas genocidas - vividas e passadas por pessoas negras, de povos originários, islâmicas e orientais. Então o que eu, mulher branca, de classe média e com acesso à pós-graduação estou fazendo ao aplicar tal conceito neste estudo? Que lugar tenho eu? Que direito possuo de aplicá-lo?

Lésbica, mas branca. Sim, desta vez o que vem depois do “mas” é de extrema importância. Minha *branquidade* me faz carregar uma série de privilégios que precisam ser constantemente reconhecidos. Parte desses privilégios resultam em grandes violências racistas, a exemplo da apropriação intelectual indevida de epistemologias e/ou conceitos da Filosofia Africana. Assim, marco, de antemão, que não busco me apropriar de tal conceito apagando sua origem teórica, apagando as palavras e as graves consequências do racismo e colonialismo ao longo da história. Busco aplicá-lo ao *contexto bolsonarista* brasileiro, considerando a população lésbica que é cotidianamente assassinada e violentada.

População lésbica, mas não exclusivamente branca. Sabe-se, através dos dados presentes no “Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil - de 2014 até 2017” (Peres *et al*, 2018) que: 42% das lésbicas assassinadas

8 Utilizo, neste trabalho, a expressão contexto bolsonarista tratando-se não apenas de uma referência ao momento histórico em que Jair Bolsonaro é presidente do Brasil, mas também em referência à ideologia e discurso de intolerância e ódio que acabaram tendo como representação sua figura e a de sua família.

ou suicidadas entre 2014 e 2017 eram negras; 1% era indígena e 57% brancas. No entanto, se olharmos o “Atlas da Violência” (IPEA, 2019), temos:

“Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo.”

Teremos, então, encontrado um erro em alguma das duas fontes? Acredita-se que não. Tendo em vista a tendência geral do Brasil, na qual existe um maior número de mulheres negras assassinadas em relação às mulheres brancas⁹, o mesmo deveria se refletir nos números relacionados aos lesbocídios - que no IPEA não são contabilizados separadamente. Porém, por que isso não acontece? Peres *et al* apontam que a sua metodologia de pesquisa para contabilização do número de lesbocídios no Brasil conta fortemente com o que é veiculado na mídia convencional. E, as mortes de lésbicas negras, nem ao menos aparecem nos meios de comunicação. Trata-se de lesbocídios duplamente invisibilizados: por suas negritudes e por suas condições lésbicas.

A *necropolítica* lesbocida, que apaga especificamente os lesbocídios de mulheres negras, é então, um projeto de poder não apenas gendricado e sexualizado, mas também racializado. Meu objetivo aqui não é apagar essa informação, mas sim entender a lesbofobia como agravante do racismo e vice-versa, num sistema interseccional emaranhado. Ademais, eu, enquanto lésbica branca, devo reconhecer meu privilégio de poder falar sobre isso; meu privilégio de lutar menos para sobreviver; meu privilégio de, ao menos, receber atenção por parte da sociedade e dos poderes estatais por minha

⁹ Para fins analíticos, mesmo com a discussão teórica anterior na qual determina-se que as lésbicas não são lidas socialmente enquanto “mulheres”, têm-se as lésbicas formando parte da estatística de feminicídios.

branquidade (mesmo que isso seja prejudicado devido a minha condição lésbica). Contudo, o que é a necropolítica e o que ela subentende?

Necropolítica

A necropolítica pressupõe que a expressão máxima da soberania reside na capacidade de ditar quais são as vidas matáveis e quais são as vidas não matáveis, ou seja, dita quem são aqueles que podem viver e aqueles que devem morrer. Tal projeto político está diretamente relacionado ao que significa “ser soberano”. Segundo Mbembe (2018) “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder”.

A escolha por utilizar o conceito de Mbembe e sua visão acerca da soberania, ao invés do *biopoder* de Foucault, pode ser explicada pelo próprio Mbembe na passagem a seguir:

“A noção de biopoder será suficiente para designar as práticas contemporâneas mediante as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto? A guerra, não constitui apenas um meio para obter a soberania, mas também um modo de exercer o direito de matar. Se imaginarmos a política como uma forma, devemos interrogar-nos: qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano (em particular o corpo ferido ou assassinado)? Que lugar ocupa dentro da ordem do poder.” (Mbembe, 2018, p. 108).

Diante disso, pensar no contexto de guerra ou de estado de exceção como expressão máxima dessa soberania (que dita quem morre ou vive) é imprescindível. Entretanto, como aplicar esse conceito ao contexto *bolsonarista*? Estaríamos vivendo um estado de exceção e/ou de guerra? Autores como Carl Schmitt (2000) exploraram exaustivamente os estados de exceção totalitários, a exemplo do nazismo e do totalitarismo materializado nos campos de extermínio.

Agamben e Arendt também trataram, em suas obras, sobre tipos particulares de soberania. Porém, o que propõe Mbembe é uma análise focada nas formas de soberania cujo projeto político central não é a luta pela autonomia, mas sim “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2018).

Tais formas de soberania não são materializações de devaneios irracionais, pontos fora de uma curva metaforicamente desenhada. Retirar o estado racional e intencional das ações de Jair Bolsonaro e *seu clã*, por exemplo, chamando-os de “malucos” (o que já é em si mesmo um termo ofensivo), acaba por isentar os mesmos de determinados tipos de culpa e de serem ativamente responsáveis por desenvolverem políticas de extermínio e ódio que muito dialogam com os Estados-nação e o mundo globalizado.

Assim, tentemos ultrapassar a soberania nazista e fascista da Segunda Guerra Mundial. Segundo Georges Bataille (1985), a vida é falha apenas quando a morte a toma como refém. E ele segue dizendo “a vida além da utilidade é tida como um domínio da soberania”. A soberania, é, então, para o autor, o mundo no qual o limite da morte foi abandonado, mesmo que a morte continue presente para ser negada. O soberano, segundo Bataille (1985, pp. 94-95):

“é ele quem é como se a morte não fosse... não respeita os limites da identidade mais do que respeita os limites da morte, ou, ainda, esses limites são os mesmos; ele é a transgressão de todos esses limites.[...] Uma vez que o domínio natural de proibições inclui a morte, a soberania exige que a força para violar a proibição de matar, embora verdadeira, esteja sob condições que o costume define. [...] E ao contrário da subordinação sempre enraizada na alegada necessidade de evitar morte, a soberania definitivamente demanda o risco da morte.”

Não será Bolsonaro então, nesses termos, um perfeito soberano - mesmo que parcialmente tolhido pelos demais poderes estatais? Estaremos vivendo um estado de exceção diferente do estado nazista alemão? Acredito que sim.

Soberania e Estado de Exceção: a superação dos Estados-nações

Segundo Preciado (2019), Julian Assange, o responsável pela *Wikileaks*, foi preso em 2010 sob as acusações de coerção ilegal e assédio e ofensa sexual. Não foi preso, diretamente, por encabeçar a ação da *Wikileaks*. A acusação de ofensa sexual se referia à, segundo a *Scotland Yard* (2010), “encontros sexuais, de Assange com mulheres, que começaram de forma consensual, mas deixaram de ser consensuais a partir do momento em que o acusado não usou uma camisinha”. Nunca na história da humanidade uma camisinha teve tanto valor para a justiça e para o executivo como neste caso.

Preciado, em seu livro “*Un apartamento en Urano: crónicas del cruce*” (2019) analisa essa situação sob a ótica de um mundo onde os limites orgânicos entres os Estados-nação estão cada vez mais difíceis de serem traçados, em virtude, também, da globalização. Esse fato faz com que, segundo o autor, seja mais eficiente reclamar sobre aquilo que violou o corpo individual do que aquilo que violou a unidade nacional. E quando busca-se um “corpo a ser violado”, sempre será o corpo feminino, já que somática e politicamente os homens são razão, não corpos-objetos (Preciado, 2019).

É aí que jaz o delito de Assange:

“Wikileaks foi algo feito com o Estado-nação sem consentimento e sem camisinha. Aí se encontra a violação: Wikileaks está reconfigurando as relações entre os espaços privados e públicos, entre o que é propriedade privada e o que é comunitário, entre a verdade e o segredo, entre política e pornografia. Assange-estuprador e Wikileaks-terrorista desafiam a soberania do Estado-nação através da representação metafórica da violação de um corpo lido como “puro e inocente” (corpo feminino).” (p. 50)

A meu ver, Preciado não podia estar mais certo. Explico, no entanto, antes de qualquer coisa, que não estou afirmando a inocência de Assange quanto à acusação de ofensa/abuso sexual. Apenas estou,

se é que posso dizer, lado-a-lado com Preciado, indicando que as bases para a acusação contra Assange não tem precedentes na história. Ele foi usado como bode-expiatório. Diante disso, precisamos nos perguntar: quais as sustentações teóricas para a acusação valiosa de Preciado?

Negri, em “Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade” (1999), ao tratar sobre a guerra, desenvolve a noção tradicional a ela atribuída. Sob essa perspectiva, a guerra seria, no âmbito do direito internacional, o conflito armado entre entidades políticas soberanas e, a guerra civil, seria o conflito armado entre combatentes soberanos e/ou não soberanos dentro de um território soberano em comum. Porém, ao introduzir sua noção de *Império*¹⁰, Negri e Hardt (2001) afirmam que esse modelo tradicional não pode ser verificado atualmente. Esse modelo, para os autores, assumiu outra proporção:

“trata-se de um estado de guerra geral, em que vários conflitos ao redor do mundo, relacionados entre si, existem no interior de um sistema global imperial - condicionando e sendo condicionados pelo Império.”

Assim, um dos elementos centrais do projeto político moderno das teorias da soberania é a erradicação das guerras civis. Podemos ler esse projeto enquanto tentativa de isolar os conflitos para além das fronteiras do Estado, fazendo com que a guerra seja um caso excepcional - criando um mundo em que os conflitos não são parte do cotidiano ou fenômenos intranacionais. Nesse caso, apenas a autoridade soberana teria o poder de estabelecer guerra contra outro poder soberano, certo? Isto faz com que um conflito entre Estados-nação, ou seja, a guerra, seja uma exceção, enquanto a paz, a regra.

Contudo, Negri e Hardt afirmam que esse isolamento do estado de guerra para algo que só acontece para além dos limites dos Estados-nação é cada vez mais inviável num mundo altamente globalizado. A globalização faz com que poderes e soberanias supra-estatais sejam obedecidas, levando a um declínio das soberanias dos Estados-nação diante dessa nova ordem imperial. Desta forma, a guerra

¹⁰ Presente na obra “Império” de Michael Hardt e Antonio Negri. Tradução de Berilo Vargas. - 2a edição - Rio de Janeiro: Record, 2001.

volta para dentro do Estado no globo inteiro, sendo:

“perpétua, indefinida e fazendo do estado de exceção um dispositivo permanente generalizado, no qual a exceção torna-se regra, permeando as relações internacionais e o espaço interno. Um exemplo a ser citado é o da política de War On Drugs 11que os EUA vêm exportando para todo o mundo.” (Negri, 2002, p. 50)

Temos, então, estados de exceção perpetuamente existentes por todo o globo. Por sua vez, as unidades dos estados nacionais, submetidas ao poder maior do Império, costumam seguir dois amplos caminhos opostos: 1) eleger, criar e propor governos que buscam, mesmo que teoricamente, demonstrar sua resistência à perseguição, opressão e violência contra minorias políticas - fatos impostos pela organização do Império; e 2) governos que buscam concordar, no papel, discurso e prática, com essas formas de opressão. É óbvio que no primeiro caso não existe uma justiça plena de fato - se é que isso existe ou já existiu -, mas existe minimamente um estabelecimento de ordens e normas sociais que asseguram direitos básicos às minorias políticas. Direitos básicos como asseguramento da vida e a não impunidade frente à morte violenta – a menos dentro do território.

Jair Bolsonaro e *seu clã*, proferindo discursos e políticas de ódio¹² às minorias políticas, encaixam-se, ao que parece, no segundo caso. Estamos diante de um governo que legitima - ou ao menos não culpabiliza diretamente a violência cidadã e do poder executivo - no que diz respeito à segurança pública de minorias políticas. Através do discurso de ódio, de medidas indiretas, o *contexto bolsonarista* incentiva a manutenção daquilo que legitima a *necropolítica global*. No caso da *necropolítica lesbocida* isso não poderia ser diferente.

11 Guerra às drogas”, na livre tradução. Tal modelo também foi importado para o Brasil, recebendo características específicas locais dependentes do racismo particular presente no país.

12 “São opiniões e ações políticas negativas preconcebidas, hipóteses estereotipadas, intolerância ou ódio direcionadas a um grupo particular que compartilha uma característica comum, como raça, etnia, idioma, religião, nacionalidade, orientação sexual, sexo [ou gênero], possuir alguma deficiência ou qualquer outra característica fundamental” (BORILLO, 2010).

Jair Bolsonaro e *seu clã*, que inclui sua família e apoiadores, ao proferir frases como (e realizar ações condizentes com os valores nelas contidos): “ter filho gay é falta de porrada” (Catraca Livre, 2018); “você até que é bonita para uma lésbica” - frase dita à Ellen Page durante entrevista (El país, 2018); frases que reforçam os valores da “família tradicional” ou do “cidadão de bem” (que é racista, machista, classista e LGBTIfóbico); “homens = XY e mulheres = XX” (Folha de São Paulo, 2019) e muitos outros exemplos que não cabem na extensão proposta para este trabalho, podem ser lidas como uma legitimidade indireta para a intolerância, assassinato e perpetuação de violências contra as minorias políticas.

A ausência de políticas públicas que deveriam garantir os direitos básicos da população também pode fazer parte de uma necropolítica silenciosa. O fato de que nunca foram registrados os lesbocídios por parte de nenhuma instituição estatal, por exemplo, é uma tentativa de manter invisível a condição lésbica e tentar manter em segredo a vontade social de exterminar essa população. A falta de políticas públicas focadas, por exemplo, nas lésbicas brasileiras, mantém as vidas lésbicas como inferiores, já que instala-se a falta de acesso e/ou falta de capacidade de sobreviver.

Considerando essas perspectivas e autores, somos capazes de olhar para dentro do nosso território e olhar para o Estado brasileiro de forma diferente. Se olharmos, por exemplo, para o povo negro morador de favela, o estado de exceção sempre existiu. Essas pessoas sempre estiveram, mesmo que não oficialmente, fora do estado normal da lei (conforme trabalhado por Agamben, 1996) e numa constante guerra civil. A população lésbica e todas suas intersecções, de certa forma, também. O que o governo e projeto *bolsonarista* fez e faz, é importar determinados modelos, ignorar outros e sob o guarda-chuva dos discursos de ódio perpetuar um estado de constantes conflitos - muitos resultando em mortes. Tais discursos de ódio que, seja pelo silêncio ou pela violência ostensiva nas palavras e ações, acabam decidindo quais os seres humanos matáveis e quais não, já que, obviamente, os seus discursos e ideologia tem resultado direto nas políticas públicas e nas ações individuais e institucionais.

Porém, como as lésbicas (e demais minorias políticas e intersecções/entroncamentos) são tão ignoradas para a elaboração de políticas públicas e, concomitantemente, tão alvos de violências? Cria-

se um paradoxo: nós, lésbicas, somos invisíveis para as políticas públicas, mas visíveis demais para as violências e vulnerabilidades. Nos tornamos seres humanos com alvos invisíveis nas costas. Alvos esses legitimados pelo poder executivo brasileiro, de forma ainda mais agravada depois de que Jair Bolsonaro foi eleito presidente em 2019. Sem dúvida, após seu nepotismo político e influências enquanto “ser mitológico”, a necropolítica lesbocida e suas consequências se tornaram mais eficazes. Bolsonaro e *seu clã* vieram legitimar os “fascistas dentro dos armários”, que sempre existiram. Como disse Mussolini (1921, tradução própria): “eu não inventei o fascismo, eu só captei o que a maioria dos italianos pensava e transformei isso em política de estado.”

Se vivemos em um constante estado de violência, ele se torna regra. No Estado *bolsonarista* existe uma legitimidade maior para combater o que o seu discurso identifica como um inimigo da soberania - seja ela nacional, religiosa ou pessoal. Esses inimigos são múltiplos: o movimento negro, o movimento feminista, o movimento LGBTI+, entre outros. As lésbicas, então, também são constantes inimigas da soberania. Seja por não serem mulheres (segundo Wittig), seja por desafiam estruturas e instituições estatais e familiares. Como no caso de Assange, tratado por Preciado, a lesbianidade é uma ótima desculpa, um inimigo melhor e corporificado, do desafio à soberania nacional. E, por isso, precisam também ser eliminadas.

Aplicando a necropolítica, as lésbicas são vidas matáveis. Vidas que vivem em um estado de exceção: perseguidas, inimigas, às quais as leis só se aplicam em teoria. Sem políticas públicas direcionadas a combater lesbofobia, a acolhê-las de qualquer outra forma que seja necessária. Lésbicas negras, mães, periféricas, como Luana Barbosa, sendo assassinadas pela polícia militar. Sem comoção, mas, no entanto, sem surpresas. Até mesmo Luiz Fux, ministro do Supremo Tribunal Federal, afirmou que crimes contra LGBTs “não são um fato isolado do cotidiano, já que a homofobia se generalizou”¹³. Os lesbocídios não são pontos fora da curva. São pontos friamente

¹³ FUX, L. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924> Acesso em: 22 de jun 2019.

calculados. A constituição brasileira não passa de palavras em um papel. O que vale agora é o cidadão de bem e suas pregações intolerantes evangélicas.

Necrobiopoder

Cada vez fomos nos aprofundando mais nas violências lesbofóbicas e suas diferentes materializações e justificativas. No entanto, podemos ir além. Ao pensarmos no conceito de *necrobiopoder*, da socióloga brasileira Berenice Bento, somos capazes de entender o porquê dos lesbocídios estarem aumentando após a presidência de Jair Bolsonaro (Peres *et al*, 2019). Sim, os lesbocídios sempre existiram. Porém, ademais dos motivos citados nos tópicos anteriores, como podemos explicar esse fenômeno?

Para Bento (2018), o que atua sobre os corpos não é apenas uma *necropolítica*, por mais que esta exista. Trata-se do *necrobiopoder*. O *necrobiopoder*, para a autora, “unifica um campo de estudos que aponta para atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida”. Isso se fez durante os anteriores governos do PT, por exemplo. Lula, tirou o país do mapa da fome (ONU, 2003), mas o genocídio do povo negro não diminuiu significativamente durante esses períodos (IPEA, 2019). Isto é, houve melhora social, porém não necessariamente o Brasil ficou isento de violências de origens *necropolíticas*.

Dessa forma, o *necrobiopoder* seria, nas palavras de Bento

“um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados enquanto outros devem viver.”

A realidade é que obviamente o problema lesbocida transcende o governo *bolsonarista*. Trata-se de uma tendência social antiga, maior, inclusive, do que o Estado-nação brasileiro. Porém, analisar a contribuição do governo *bolsonarista* para a manutenção dessa política

de morte é de extrema importância. Principalmente por que alguns estudos já vem apontando o aumento do número de lésbicas assassinadas ou suicidadas desde que Bolsonaro assumiu a presidência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do panorama complexo no qual as opressões se entrecruzam e estabelecem-se políticas baseadas em soberania para decidir quais são as vidas matáveis e quais as não matáveis, o que podemos fazer? A realidade é que enquanto o *Império* existir dentro do capitalismo, os poderes soberanos sempre servirão aos interesses supra-estatais. Existirá uma soberania que age para manter os poderes, hierarquias e opressões ao invés de ir contra elas (Zetkin, 2019). E, nesses casos, até mesmo a mudança do representante executivo - presidente ou seja lá quem for - não será suficiente para resolver estruturalmente o problema. O novo representante poderá até melhorar um pouco a situação, colocar cobertura para cobrir as falhas do bolo, mas jamais será capaz de lutar em prol de uma plena justiça: tal poder está sujeito às vontades, poderes e forças que vão muito além do Estado e recebem nomes abstratos como “mercado”.

Em “Feminismo para os 99%: um manifesto”, Arruza *et al* tratam sobre a importância de um movimento social que carregue consigo mais do que pautas únicas e unidirecionais: o anticapitalismo é um pré-requisito para o combate às opressões e à tudo o que resulta das mesmas. E, ao contrário do que muitos marxistas ortodoxos acreditam, os 99% não são homogêneos: há pessoas negras, LGBTI+, gordas, mulheres, indígenas, pobres, pessoas com deficiências, imigrantes, bruxas, trabalhadoras, mães.

O objeto do governo do *Império* é justamente a vida social dessas pessoas (Negri & Hardt, 2001), sujeitas sempre a enormes poderes de destruição e opressões. No entanto, se a globalização nos prejudica por um lado, não será possível usá-la como ferramenta para resistir? “O Império [...] nos oferece novas possibilidades para as forças de libertação. Forças criadoras da multidão são capazes de criar um contra-Império sem fronteiras disciplinares” (Negri & Hardt, 2001).

Estando sujeitas à um biopoder transnacional que opera sobre

a vida social como um todo, não basta atuar apenas com relação a leis ou outras manifestações locais do controle e opressões, é necessário ir contra as estruturas, ir contra o poder em si mesmo. Quando olhamos para as recentes e grandes articulações políticas dos movimentos sociais, é impossível não pensar na internet e o seu papel na articulação da militância. Com base no entendimento da internet como ferramenta potencialmente horizontal e não-hierárquica (Bey, 2004) - sempre que utilizada como sistema de suporte e comunicação entre grupos subalternizados - que é capaz de, em muitos casos, ir para além das fronteiras, é interessante analisá-la como um espaço amorfo onde o *contra-Império* se manifesta e é capaz de impulsionar levantes. Nota-se que, mesmo que a internet não crie os levantes, ela é uma ponte entre eles, é um espaço de manifestação e comunicação, espaço esse que fica visível quando se presta atenção. Usemos desse espaço amorfo, sejamos resistência em todo lado, articulemos, sentemo-nos pra nos ouvir.

O que nos resta é lutar lado a lado, interseccionalmente. Lutar contra o capitalismo. Nos levantar contra os poderes que matam e oprimem. Então, sejamos luta! Porque, se não, as *necropolíticas* não nos deixarão ser nada mais.

Para não terminar em tristeza, se termina em luta

Prometo ao leitor, leitora ou leitor que meu objetivo não foi trazer tristeza para o coração de ninguém. Meu objetivo era tornar visível minha vida e a de milhares de lésbicas brasileiras. Tornar visíveis as suas mortes, ignoradas, naturalizadas. Ajudar no entendimento das relações e parcerias lesbofóbicas, e algumas origens das políticas lesbocidas. Por isso, deixo com vocês, com fins de dar esperança, minhas palavras feitas poéticas e luta:

“Minha lesbianidade é uma árvore sem galho, sem tronco, sem vez. Uma árvore invisível, ignorável, vista como matável. Arrancaram-lhe os galhos desde sempre. Um por um. Folha por folha. A cada lesbocídio. A cada lésbica negra assassinada que a mídia ignora, como sempre ignorou. A cada sapatão expulsa de casa. A cada agressão física. A cada cusparada no meio da rua. A cada “ah, mas é tão bonita” ou “ah, é só por que não encontrou um homem de verdade”. A cada crise de ansiedade, a cada medo do estranho que encosta os dedos dos pés nos meus calcanhares. Outro galho. Mais um. Mais outro. A cada emprego negado. A cada fetichização. A cada “cura gay”. A cada fogo amigo, a cada abandono por parte de pessoas com as quais pensei que podia contar. A cada vento forte gerado por palavras que doem. A cada estupro corretivo. Sem folhas, sem galho, sem tronco. Mas enquanto cortavam o topo, esqueceram da raiz. E ela cresceu. Forte, infinita, capilarizada no meu coração. Raiz que se enreda com as árvores próximas a mim. Que reconhece as que vieram antes e que se prepara para tentar segurar as que virão depois. Não sou invisível. Quem quiser nos ver, só deve olhar pro chão. Mergulhar na terra marrom e molhada. Regar solo. Abraçar. Ser nutriente para crescimento rumo ao céu. Quem não quiser ser isso, que saia da frente. Por que essa floresta de árvores ninguém derruba. Somos uma floresta sapatão. Somos resistência, sempre.”

Martina Davidson

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1a edição. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BATAILLE, G. **Visions of Excess: Selected Writings, 1927-1939**. trad A. Stoekl. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1985.
- BENTO, B. **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?** Cad. Pagu, Campinas , n. 53, e185305, 2018 . Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul de 2019.
- BEV JO, L. S. **DYKES-LOVING-DYKES DYKE SEPARATIST POLITICS FOR LESBIANS ONLY**. Oakland: Battleaxe, July 1990
- BEY, H. **TAZ: Zona Autônoma Temporária**. Trad. REZENDE, Renato. 2. Ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- BORILLO, D. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- CANO, V. **Ética tortillera: ensayos en torno del éthos y la lengua de las amantes**. 1a edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Madreselva, 2005.
- CATRACA LIVRE. **Jair Bolsonaro: como ele reagiria se tivesse um filho gay?** 2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/jair-bolsonaro-como-ele-reagiria-se-tivesse-um-filho-gay/> Acesso em: 21 de jun de 2019.
- BUTLER, J. **El género en disputa**. El feminismo y la subversión de la identidad. Traducción Ma. Antonia Muñoz. Barcelona: Paidós, 2008.

DIAS, M. C; SOARES, S. **Mulheres: violências vividas.**
Ape'ku Editora e Produtora Ltda. Rio de Janeiro, 2019.

EL PAÍS. **Entrevista de Bolsonaro a Ellen Page sobre homofobia viraliza no exterior.** 2018. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/actualidad/1539377107_313676.html Acesso em: 21 de jun de 2019.

FALQUET, J. **Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas.** Lutas Sociais, São Paulo, v. 18, n. 32, p.09-23. Jan/Jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7526> 21 Acesso em: 13 de jun. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Filho de Bolsonaro aparece com cartaz transfóbico.** Acesso em: jun de 2019.

FUX, L. 2019. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924> Acesso em: 22 de jun 2019.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império.** Tradução de Berilo Vargas. - 2a edição - Rio de Janeiro: Record, 2001.

IPEA. **Atlas da Violência.** 2019. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432 Acesso em: 22 de jun. 2019.

JOY, M. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas:** uma introdução ao Carnismo, o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não. 1a. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** N-1: Rio de Janeiro, 15, 2018.

MIES, M. **Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour.** Third Edition, Mumbai. Zed Books, 2014.

MUSSOLINI, B. **A Doutrina do Fascismo,** Roma, 1921.

NEGRI, A. **O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NOGUEIRA, C.; MARQUES, A. M.; OLIVEIRA, J. M. A

população lésbica em estudos da saúde: contributos para uma reflexão crítica. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 18, n. 7, p. 2037-2047, July 2013 .

ONU. **Mapa da Fome.** 2003. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/?s=fome&x=0&y=0> Acesso em? 22 de julho de 2019.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017.** Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PERES. W. S. **Transfobias, lesbofobias e homofobias invisíveis: o que a escola tem com isso?** InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.17, n.34, p.154-176, jul./dez. 2011

PRECIADO, P. B. **Un apartamento en Urano: crónicas del cruce.** 1a ed. Editorial Anagrama: Barcelona. 2019.

SCHMITT, C. **La dictature.** Paris: Seuil, 2000. SCOTLAND YARD. 2010. Disponível em:
https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/04/11/interna_internacional,1045636/scotland-yard-diz-que-assange-foi-detido-por-pedido-de-extradicao-dos.shtm Acesso em: 23 de jun, 2019.

SOIHET, R. **Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 13, n. 3, p. 591-612, Dec. 2005 . Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300008&lng=en&nrm=iso Acesso: 21 agos. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104026X2005000300008>.

WITTIG, M. **One Is Not Born a Woman.** The Norton Anthology of Theory and Criticism. Ed. Vincent B. Leitch. NY: W. W. Norton & Company, 2010.

WITTIG, M. **The Straight Mind.** The Straight Mind and Other Essays. NY: Harvester/Wheatsheaf, 1980.